



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 141455 - PR (2021/0013456-8)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : MATHEUS FERREIRA DE OLIVEIRA (PRESO)
ADVOGADO : CAROLINE SOUSA RANGEL - PR103896
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
CORRÉU : NOEME ALVES DE SOUZA PEREIRA

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por MATHEUS FERREIRA DE OLIVEIRA contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (HC n. 0067687-75.2020.8.16.0000).

O recorrente está preso preventivamente pela suposta prática dos delitos do art. 157, § 2º, inciso II e § 2º-A, inciso I, do Código Penal (por 4 vezes), do art. 329, *caput*, também do Código Penal e do art. 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Nesta via, a defesa sustenta a ausência de fundamentação apta a justificar a segregação cautelar imposta ao recorrente, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da medida extrema, insculpidos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Ressalta as condições pessoais favoráveis do réu e afirma que a imposição de prisão domiciliar com monitoramento eletrônico seria mais adequada ao caso dos autos.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da custódia preventiva imposta ao recorrente, ainda que com a imposição de outras medidas cautelares menos gravosas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, especialmente porque no *decisum* impugnado o relator consignou que (fls. 312-313):

Observa-se que a decisão está devidamente amparada em elementos tangíveis extraídos dos autos:

- no modus operandi empregado no assalto, eis que em concurso de pessoas e emprego de arma de fogo. Além do mais, após a prática do ilícito, houve confronto com a polícia, resultando em ferimentos no paciente e no óbito de KEVERSON JEFERSON LIMA CARDOSO.

[...]

- no fato de que o paciente foi condenado nos autos de ação penal nº 0002707-50.2019.8.16.0196, da 9ª vara criminal do foro central de Curitiba pelo injusto descrito no artigo 157, § 2º, inciso II c/c artigo 14, inciso II, ambos do Código Penal, perpetrado em

novembro de 2019, à pena de 3 anos, 6 meses e 20 dias de reclusão, em regime aberto (mov. 186.1), pendente de julgamento o recurso de apelação manejado pela defesa.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência